

Os desafios da pós-verdade: por uma virada veritística na Ciência da Informação

The challenges of post-truth: for a veritistic turn in Information Science

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

carlosaraujofmg@gmail.com

ORCID: 0000-0003-0993-1912

RESUMO

Trata-se de uma problematização epistemológica para a Ciência da Informação a partir de uma proposição feita por Jonathan Furner em defesa de uma virada veritística para a Ciência da Informação, isto é, a consideração da “verdade” como conceito central para o campo, no lugar de “relevância”. Os argumentos do autor, fundamentados na epistemologia social e na injustiça epistêmica, são confrontados com diferentes questões relacionadas com o fenômeno contemporâneo da pós-verdade. Os elementos levantados nas duas discussões são então discutidos à luz dos paradigmas e das “viradas” já realizadas na Ciência da Informação, para se avaliar a pertinência de uma possível virada veritística na área.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia da Ciência da Informação; Virada veritística; Pós-verdade.

ABSTRACT

In this paper we promote an epistemological problematization for information science based on a proposition made by Jonathan Furner in defense of a

veritistic turn in information Science, that is, the consideration of “truth” as a central concept for the field, instead of “relevance”. The author’s arguments, based on social epistemology and epistemic injustice, are confronted with different issues related to the contemporary phenomenon of post-truth. The elements raised in the two discussions are then discussed with the reference of the paradigms and “turns” already carried out in information science, in order to assess the relevance of a possible veristic turn in the area.

KEYWORDS: Epistemology of information science; Veritistic turn; Post-truth.

Introdução

O objetivo deste texto é propor uma reflexão sobre a pertinência de se propor uma possível virada veritística no campo da Ciência da Informação. Para fazer isso, parte-se do argumento apresentado em 2018 por Jonathan Furner em defesa de uma virada veritística para a área de Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization*), e por extensão para a Biblioteconomia e Ciência da Informação - BCI (*Library and Information Science - LIS*) a partir de uma fundamentação desde a epistemologia social, da injustiça epistêmica e dos direitos humanos, articulando os conceitos de verdade, relevância e justiça. Tal discussão é confrontada com uma outra, não presente na obra do autor, que é a questão da caracterização do momento contemporâneo como uma era da pós-verdade. São apresentados diferentes aspectos que conformam o fenômeno da pós-verdade - como o negacionismo científico, os vieses humanos de confirmação, o efeito bolha, a proliferação em massa de *fake news*, entre outros, que estariam promovendo “uma mudança profunda nos modos como as informações são produzidas, recebidas e reproduzidas” (Santaella, 2019, p. 22) e, nesse sentido, convocando também a uma mudança conceitual no campo da Ciência da Informação.

Essas duas discussões convergem então para um terceiro momento, em que se discute o campo da Ciência da Informação. Os estudos em epistemologia da Ciência da Informação evidenciam que essa área nasceu dentro de uma perspectiva fisicista, na década de 1960, e viveu uma primeira “virada” no final da década de 1970, quando se deu o aporte de uma perspectiva cognitivista; e uma segunda virada em meados da década de 1990, quando se construiu uma perspectiva sociocultural pragmatista. Sabendo-se que uma “virada” não anula a importância dos conhecimentos anteriores, mas apresenta novos problemas e novas maneiras de estudá-los, discute-se

em que medida estaria colocada a adequabilidade, para o campo da Ciência da Informação, de vivenciar uma nova “virada” a partir da terceira década do século XXI, como forma de estar mais preparada para o estudo da realidade informacional contemporânea.

A proposta de Jonathan Furner

Jonathan Furner é professor da *Graduate School of Education & Information Studies* da *University of California*, nos Estados Unidos. Já há alguns anos, ele vem questionando as bases epistemológicas da Ciência da Informação, desde uma aproximação com a epistemologia social de Shera (Furner, 2002), passando por algumas questões filosóficas mais gerais (Furner, 2010, 2015) e chegando à problematização do conceito de informação nas cinco subáreas (comportamento informacional, recuperação da informação, estudos métricos da informação, organização da informação e ética da informação) da Ciência da Informação (Furner, 2014).

Em julho de 2018, ele apresentou uma comunicação na XV Conferência Internacional da ISKO (*Information Society for Knowledge Organization*), que ocorreu em Portugal – que foi publicada pouco depois como capítulo de um livro com os anais do evento (Furner, 2018). Neste trabalho, o autor busca um fundamento epistemológico para a Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization* – KO) a partir de contribuições da epistemologia e da ética – e, mais especificamente, da epistemologia social e da justiça epistêmica. A partir da articulação entre três conceitos (verdade, relevância e justiça), ele propõe uma virada veritística para a área, de maneira que ela possa ser uma Organização do Conhecimento Crítica (*Critical Knowledge Organization* - CKO).

Antes de tudo, é importante destacar que a questão da “verdade” não é algo novo ou inédito na Ciência da Informação. A novidade na proposta de Furner é propor uma centralidade dessa questão, no que seria, então, uma guinada ainda não existente na área.

Furner (2018) parte da filosofia, mais especificamente de um ramo dela, a ontologia, que estuda a filosofia do ser, das coisas que existem, de quais tipos de coisas existem, como elas podem ser classificadas. Ele propõe pensar a KO como uma ontologia, substituindo “coisas” por “dados” – a KO seria, assim, uma “filosofia dos dados”. Ela seria composta por elementos de três ramos tradicionais da filosofia: a filosofia da mente, a filosofia da linguagem e a filosofia da crença. Essa última é tomada pelo autor como sinônimo de epistemologia ou de filosofia do conhecimento. Furner identifica, nela, a

existência de dois tipos de teorias: as teorias orientadas para a verdade, que podem ser definidas como teorias de crença que distinguem entre crenças verdadeiras e falsas; e as teorias orientadas para a relevância, que podem ser definidas como teorias de crença que distinguem entre crenças relevantes e não relevantes. Com base nisso, ele detecta a existência de uma desconexão histórica entre a epistemologia como subcampo da filosofia e a BCI: na primeira, a teorização sobre a crença é orientada para a verdade; na segunda, ela é orientada para a relevância – a relevância se tornou o principal critério para determinar a recuperação da informação.

Ainda no campo da epistemologia, Furner propõe que a epistemologia pode ser dividida em tipos, conforme três critérios. O primeiro critério é que distingue a epistemologia pura (composta por teorias descritivas da natureza dos conceitos e das práticas epistêmicas) e a epistemologia aplicada (composta por teorias normativas, que buscam orientar as práticas mais propícias para se obter proposições verdadeiras ou relevantes). O segundo critério tem a ver com a metodologia, podendo-se identificar uma epistemologia racionalista ou naturalista, dependendo da prontidão em se admitir diferentes tipos de evidência em apoio às conclusões, por parte do sujeito. Por fim, conforme o fator principal de formação das crenças, a epistemologia pode ser individualista (quando se considera os interesses do sujeito) ou social (quando se escolhe focar na interação social). Combinando esses critérios, Furner propõe a epistemologia social aplicada (o estudo de questões normativas sobre as práticas sociais que são mais propensas a gerar crenças verdadeiras ou relevantes) como marco teórico adequado para sua proposição de uma CKO.

Em continuidade, Furner trata da questão da justiça. Ele apresenta a justiça como um valor (tal como verdade, relevância, beleza, liberdade) relacionado a uma característica que é desejável dos resultados das decisões e ações das pessoas. A justiça se realiza quando as pessoas são tratadas de acordo com seus méritos ou necessidades, sem preconceitos ou discriminação, sem violação de seus direitos humanos, sem limitação de suas liberdades, e sem o exercício de qualquer forma de opressão decorrente de relações de poder assimétricas. Furner identifica diversos tipos de direitos (naturais, humanos, civis, de grupos ou individuais) relacionados com o acesso equitativo a determinados bens ou oportunidades. Em relação ao campo da informação, ele elenca seis tipos de direitos: direito de pensar (de conceituar, categorizar e classificar, acreditar e ter opiniões); direito de se expressar (dar voz aos seus pensamentos na fala, na escrita e em outras formas); direito de acesso (possibilidade de buscar, investigar, encontrar, ouvir e conhecer o pensamento e a expressão dos outros); direito a ser ouvido (publicar e trans-

mitir, alcançar uma audiência sem ser censurado, silenciado, escondido ou ignorado); direito de ser “deixado em paz” (de manter a privacidade); direitos a ter credibilidade (ser tratado com alguém que possui credibilidade).

Ao tratar das teorias da justiça, Furner identifica, primeiramente, o que chama de teorias da justiça social ou distributiva, aquelas focadas nos resultados das ações tomadas para distribuir, segundo critérios justos, quantidades de recursos entre os membros de determinadas populações. Tais teorias têm por objetivo garantir: a redução de divisões, disparidades e desigualdades entre ricos e pobres, ou entre poderosos e impotentes; distribuições mais justas de oportunidades sociais, culturais, econômicas e políticas; a construção e manutenção de comunidades prósperas nas quais os direitos humanos e liberdades sejam respeitados. Paralelamente, o autor levanta a necessidade de se contemplar as teorias da injustiça ou da opressão, que buscam denunciar processos como os de exploração, marginalização, promoção da impotência, imperialismo cultural e violência. Furner conclui que trabalhar em busca da justiça social envolve a reforma básica de práticas e instituições sociais opressivas e discriminatórias, bem como a redistribuição de recursos. Entre tais práticas e instituições, ele localiza aquelas envolvidas com a produção e o consumo de conhecimento – entre as quais estão as bibliotecas, os serviços de informação, os sistemas de Organização do Conhecimento (*Knowledge Organization Systems* - KOSs), assim como os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assunto e os tesauros.

Dando sequência à sua argumentação, Furner introduz a teoria da justiça epistêmica, desenvolvida por Miranda Fricker e que se foca na equidade como são tratadas as pessoas em sua capacidade de conhecerem e de terem crenças. Furner menciona a distinção feita por Fricker entre os tipos de injustiça epistêmica: a distributiva (que ocorre sempre que os recursos epistêmicos, como a educação ou a informação, são distribuídos injustamente); a discriminatória (que ocorre sempre que as falhas são atribuídas a um indivíduo ou grupo); a testemunhal (quando se atribui preconceito ou déficit de autoridade a um sujeito produtor de um discurso); a hermenêutica (quando sujeitos são hermeneuticamente marginalizados, isto é, pertencem a grupos sem acesso à participação igualitária na geração de significados sociais). Na avaliação de Furner, a justiça social se tornou um objetivo dos profissionais atuantes em bibliotecas e serviços de informação. Contudo, não houve por parte desses profissionais uma apropriação da teoria da justiça epistêmica – embora tenha havido da epistemologia social aplicada.

Com base nas categorias e conceitos apresentados ao longo de sua argumentação, Furner propõe então quatro fundamentos para a construção

de uma Organização do Conhecimento Crítica (CKO): ser informada pela epistemologia social aplicada (identificação das condições sob as quais os testemunhos devem ser avaliados como verdadeiros ou relevantes); ser inspirada em valores da justiça epistêmica (não só a justiça social como o fim primário das bibliotecas e serviços de informação, mas também a justiça na disseminação e aquisição de crenças verdadeiras); respeitar os direitos humanos (o direito à justiça testemunhal, a ter credibilidade); e, por fim, privilegiar a verdade em lugar da relevância. É neste último quesito que Furner proclama uma virada veritística para os profissionais da informação. Uma Organização do Conhecimento orientada para a relevância é aquela que busca avaliar as práticas, as instituições e os produtos de informação com base na satisfação dos desejos e necessidades dos usuários; uma Organização do Conhecimento orientada para a verdade é avaliada com base na verificação de que as crenças adquiridas pelos usuários são verdadeiras. Deve-se destacar a clara intenção dicotomizante do autor. Da maneira como propõe Furner, relevância e verdade acabam por constituir um binarismo excludente, no qual seria impossível se ter a convivência das duas questões.

Um mês depois de apresentar oralmente esse trabalho, em agosto de 2017, Furner participou de um simpósio intitulado *Social Epistemology as Theoretical Foundation for Information Science: Supporting a Cultural Turn*, ocorrido na University of Copenhagen, na Dinamarca. Ali ele apresentou uma conferência intitulada *Society, Epistemology, and Justice: Prospects for a Critical LIS?*. Nesta conferência, ele mais uma vez partiu da interseção entre a epistemologia e a ética para propor uma Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) críticas (*Critical Library and Information Science*). Para isso, ele primeiro partiu do tema do simpósio, a epistemologia social, como possibilidade para a BCI aplicar os valores de verdade e relevância na construção de sistemas de acesso à informação. A seguir, o autor defendeu a ideia de que a missão da BCI vai além da justiça social, chegando à justiça epistêmica, isto é, o acesso igual para todas as pessoas ao conhecimento humano registrado de todo o mundo. Como terceiro ponto, ele defendeu a oportunidade de uma “virada veritística” na Ciência da Informação, a partir da qual a verdade iria suplantiar a relevância como o principal requisito do fornecimento de informação para os usuários. Mais uma vez confirma-se o binarismo, destacando-se em sua argumentação uma espécie de impossibilidade de convivência entre as duas dimensões. Em sua proposição final, ele desafiou o que chama de apego da área ao conceito de relevância e problematizou a adoção pela área de códigos de ética com reivindicações de neutralidade. Como conclusão, ele defendeu a necessidade de uma virada veritística dian-

te da “era Trump”, marcada pela circulação de notícias falsas e “fatos alternativos” (Hartel, 2018). Esse “gancho” dado pelo autor às questões contemporâneas relacionadas com Donald Trump, presidente dos Estados Unidos eleito em 2016, e a intensa disseminação de informações falsas, foi o que motivou a problematização de sua proposta a partir dos aspectos, características e dimensões do fenômeno da pós-verdade, tal como ela vem sendo estudada por diferentes autores de várias áreas do conhecimento. Dessa forma, embora diferentes questões possam ser discutidas a respeito da proposta de Furner (o papel da relevância para a centralidade da recuperação da informação na Ciência da Informação, a verdade como critério central para os estudos informacionais), o objetivo aqui é confrontá-la com uma questão bem específica: o chamado fenômeno da pós-verdade.

A questão da pós-verdade

Conforme Santaella (2019), o termo “pós-verdade” foi usado pela primeira vez por Steve Tesich em 1992, em seu estudo sobre a Guerra do Golfo, e figurou pela primeira vez no título de um livro na obra de Ralph Keyes publicada em 2004. Mas foi em 2016 que a expressão foi intensamente utilizada, a ponto de ser considerada como a palavra do ano pelo Dicionário Oxford, designando as “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (Santaella, 2019, p. 7). Em 2016 o termo foi associado diretamente a dois fatos extremamente importantes para a política mundial: a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e a vitória do plano de retirada do Reino Unido da União Europeia, conhecido pela sigla *Brexit* (abreviatura de *Britain exit*). O fenômeno da pós-verdade passou a ser visto como algo envolvendo uma série de aspectos e níveis de problemas, e vários pesquisadores, de diversas áreas e países, têm se dedicado a estudar e correlacionar esses vários aspectos e níveis. Dessas discussões, é possível perceber que o fenômeno possui pelo menos três grandes dimensões.

A primeira diz respeito às dinâmicas tecnológicas, e à lógica de entrega de informação “personalizada” promovida pelos algoritmos que estruturam os motores de busca e as redes sociais – estas, que acabaram por se tornar o ambiente privilegiado a partir do qual as pessoas recebem notícias e informações do mundo. E elas são construídas a partir de algoritmos que selecionam o que provavelmente as pessoas querem ou o que concorda com o ponto de vista delas, num fenômeno conhecido como “efeito bolha”

(Magallón Rosa, 2019). Em redes sociais como o *WhatsApp*, as mensagens são disparadas em massa diretamente para os aparelhos das pessoas, sem que se possa monitorar ou se contrapor a elas, numa lógica “subterrânea” de disseminação de informação. Com a formação das “bolhas” ou “câmaras de eco”, nas quais os usuários ficam isolados, fechados a novas ideias, assuntos e informações importantes, sobretudo na política, as pessoas acabam se expondo “quase exclusivamente a visões unilaterais dentro do espectro político mais amplo” (Santaella, 2019, p. 15).

Junto a esse fenômeno há, também, a disseminação em massa de notícias falsas. Embora isso não seja um fenômeno exatamente novo, há sim uma dinâmica nova, que é a sua circulação de maneira apócrifa, por meio de repasses feitos por pessoas comuns, verificando-se a ausência de regulações como aquelas que incidem sobre as instituições jornalísticas ou educacionais, numa lógica em que toda informação teria o mesmo peso ou valor, independente de sua qualidade, de sua checagem e do compromisso institucional por detrás de sua produção. Tal fenômeno se fortalece, ainda, com a ação dos *clickbait*s, isto é, a divulgação de conteúdo falso ou inserção de títulos sensacionalistas para que os usuários acessem o conteúdo, com o objetivo de gerar tráfego e ter benefícios com publicidade (Aparici & García-Marín, 2019). Nessa dinâmica de gigantesco volume de disseminação de informações falsas, mentiras acabam atuando para moldar a tomada de decisão das pessoas em diferentes esferas (na política, na economia, na educação na saúde, na religião), em velocidade e quantidade nunca vistas.

A segunda dimensão relaciona-se com o nível humano ou, mais propriamente, com as dimensões cognitivas humanas: o chamado viés cognitivo, ou viés de confirmação, ou ainda dissonância cognitiva. Trata-se de uma tendência do ser humano a formar suas crenças e visões de mundo sem se basear na razão e nas evidências, isto é, nos fatos, num esforço para evitar descontentamento psíquico. McIntyre (2018) aponta três estudos clássicos em psicologia social conduzidos nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960, que demonstraram essa questão. O primeiro deles é a teoria da dissonância cognitiva de Festinger, segundo a qual buscamos harmonia entre nossas crenças e ações. O segundo é a teoria da conformidade social de Asch, que postula que temos tendência a ceder à pressão social por nosso desejo de estar em harmonia com os outros. O terceiro é o estudo do viés de confirmação conduzido por Watson, que identificou nossa tendência a dar mais peso às informações que confirmam nossas crenças pré-existentes. O autor apresenta também estudos recentes sobre a questão, expressos em dois conceitos: efeito contraproducente (fenômeno em que a apresentação

de uma informação verdadeira para uma pessoa, que entra em conflito com suas crenças em fatos falsos, faz com que a pessoa creia nesses fatos com mais força ainda) e o efeito Dunning-Kruger (fenômeno no qual nossa falta de capacidade para fazer algo faz com que superestimemos nossas habilidades reais). Tais elementos do viés cognitivo fazem com que as pessoas sejam propensas a formar suas crenças sem ter em conta a razão e as evidências. Esse fenômeno tem sua importância aumentada no contexto de formação do efeito bolha mencionado acima.

E há, ainda, uma terceira dimensão, que é cultural – a ponto de alguns autores referirem-se a uma “cultura da pós-verdade” (Wilber, 2018). Atualmente, as pessoas em geral (exceto, claro, uma parcela da população mundial sem as condições econômicas para isso) têm acesso fácil e instantâneo a tecnologias e possibilidades de verificar a veracidade de uma informação, por meio de *smartphones*, *notebooks*, *desktops* ou outros aparelhos. Diferente de outros períodos da história, em que seria difícil ou impossível checar se uma informação, por exemplo, sobre o modo de vida de um país distante era verdadeira ou falsa, atualmente, de casa e em poucos segundos, se pode checar. Mas as pessoas não fazem isso. Aceitam como real, repassam, compartilham e se apropriam de informações sem se preocuparem em verificar. É esse desdém, esse desinteresse pela verdade, num contexto com tanto acesso à informação, que é o fato novo que a ideia de “pós-verdade” como uma cultura busca abarcar.

Pós-verdade designa, nesse sentido, uma condição, um contexto, no qual atitudes de desinteresse e mesmo desprezo pela verdade se naturalizam, se disseminam, se tornam cotidianos, normais, e até mesmo estimulados. Existe um processo de aceitação e replicação de conceitos que normalizam o desdém pela verdade: a pós-verdade “é uma ideia, um imaginário, um conjunto de representações sociais ou sentidos já incorporados pelas audiências e desde a qual é possível a existência das *fake news* que se referem a essa ideia a afirmando ou ampliando” (Murolo, 2019, p. 68, tradução nossa). Essa dinâmica acaba por conferir força aos *clickbaits* e outros mecanismos de disseminação de informação falsa.

Wilber (2018) é um dos autores que analisa o fenômeno. Partindo da eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos e da saída da Grã-Bretanha da União Europeia, dois fenômenos diretamente associados com o triunfo das informações falsas produzidas, disseminadas e consumidas em massa, e que orientaram as decisões das pessoas num determinado momento de votação, ele os associa a outros, como a diminuição da valorização da democracia, o aumento do ódio, do racismo, da xenofobia, do mau

gosto, entre outros. E com isso enquadra a pós-verdade dentro de um amplo processo de mudança de valores culturais no mundo – e principalmente nas sociedades ocidentais.

Wilber faz uma leitura abrangente dos valores e ideias em situação de liderança ou aceitação no mundo (o que denomina “vanguardas”). Ele identifica que, na primeira metade do século XX, o mundo era conduzido, nos diversos movimentos políticos, culturais, intelectuais, por valores associados ao racional, ao operacional, ao consciente, às ideias de mérito, lucro, progresso – isto é, diretamente relacionados com o ideal da modernidade. Em sua análise, ele considera que, após a década de 1960, estariam vigorando ideias associadas a valores pós-modernos tais como a defesa da pluralidade, do relativismo, da autorrealização, da inclusão, do multiculturalismo, dos direitos civis, da sustentabilidade, da defesa das minorias, entre outros. E, seguindo a análise, Wilber pontua que estaria ocorrendo, na segunda década do século XXI, uma crise desse projeto, um fracasso das vanguardas progressistas.

Wilber aponta vários fatores que teriam causado esse fracasso. Entre eles, a relativização da ideia de verdade, a ideia de que existiriam verdades locais, particulares, o que desembocou numa forma de narcisismo generalizado; a incapacidade de assumir a perspectiva do outro, a perda do sentimento de empatia, o ódio contra os pontos de vista minoritários, conduzindo a visões essencialistas, com tendências ao racismo, ao patriarcado, à misoginia; e uma crise de legitimidade das instituições modernas, os direitos humanos, a razão, a ciência, a democracia.

Nessa mesma linha, mas num foco mais específico, Keen (2008) identifica o que chama de “culto do amadorismo”, uma certa celebração de conteúdos amadores que acaba por anular a distinção entre o profissional e o amador, o que leva ao enfraquecimento de jornais, revistas, indústria musical, cinematográfica e jornalística, com consequente desaparecimento de padrões profissionais e filtros editoriais e o enaltecimento do plágio e da pirataria. Outra análise na mesma linha é a de Frankfurt (2019), que identifica o predomínio do que chama de “conversa fiada”: uma forma de diálogo que, diferente do embuste e da mentira, representa um desrespeito à verdade, um desprezo, em formas de linguagem presunçosas, abusivas e enganadoras, discursos que buscam disfarçar a ignorância de quem os produz e enganar os que ouvem. O crescimento da “conversa fiada” na publicidade, na política e em diversos outros ambientes estaria promovendo um ceticismo em relação à verdade objetiva, na medida em que, diferente do mentiroso que ainda tem a verdade como referência (ainda que para negá-la ou escondê-la), na conversa fiada a verdade se torna irrelevante.

As “viradas” na Ciência da Informação

A ideia de uma “virada” na Ciência da Informação primeiro apareceu bem no começo da década de 1980, quando os trabalhos de Brookes (1980) e Belkin (1980) apresentaram a necessidade de se incluir, nos estudos informacionais, a dimensão cognitiva. Desde a década de 1960, a Ciência da Informação dedicava-se basicamente ao estudo dos fluxos ou processos de transferência da informação, da identificação das forças e agentes que atuavam nesses fluxos e com a consequente proposição de instrumentos e serviços para a otimização destes fluxos (Davis & Shaw, 2001; Debons et al., 1988). No final da década de 1970, a preocupação com o atendimento das necessidades dos usuários levou à reflexão de que a informação não era algo contido nos dados, nos documentos - algo só poderia ser compreendido como informação em relação ao estado de conhecimento dos sujeitos – o caráter informacional seria então determinado pelo grau de alteração do conhecimento das pessoas. Essa grande mudança conceitual no campo recebeu diferentes designações: Dervin e Nilan (1986) a chamaram de “paradigma tradicional e paradigma alternativo”; Ellis (1992), de “paradigma físico” e “paradigma cognitivo”.

Nos anos 1990, novas mudanças conceituais no campo da informação conduziram a reflexões de que a informação não se restringia à dimensão cognitiva dos sujeitos, mas se vinculava a todas as suas ações no mundo e aos contextos dessas ações; e de que ela não era um fenômeno individual, que se passava apenas entre os dados e as pessoas, mas era de ordem intersubjetiva, social. Essa mudança foi nomeada como “virada sociocognitiva” (Hjørland & Albrechtsen, 1995) ou “virada sociológica” (Cronin, 2008).

Diversos autores apresentam quadros epistemológicos da Ciência da Informação mencionando essas duas viradas. Capurro (2003), de maneira pioneira, apresentou o que chamou de três paradigmas da área: o físico, o cognitivo e o social. Essa mesma sistematização é realizada por diversos outros autores, como Linares Columbié (2005) e Bawden e Robinson (2012). Saracevic (1999), embora não mencione “viradas” ou “rupturas”, vê na história da Ciência da Informação uma crescente ampliação do significado do conceito de informação: de uma perspectiva restrita (sinônimo de sinal, de dado) a uma ampla (relacionado a conhecimento) e enfim a uma ainda mais ampla (integrada à ação humana e a um contexto).

Em uma recente e ampla sistematização da área, considerando seus quase 60 anos de existência, Hjørland (2018a, 2018b) identifica o que chamou de seis paradigmas ou tradições de estudo da Ciência da Informação:

os estudos eminentemente práticos (sem teoria); a teoria da informação (teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver); a tradição de Cranfield (paradigma físico); a visão cognitiva; a filosofia da informação; e a visão sociocultural.

Uma outra discussão recente, e bem específica sobre as “viradas” (*turns*) na Ciência da Informação, é desenvolvida por Hartel (2019). Ela identifica o ponto de partida da Ciência da Informação no paradigma físico e analisa que, após 1986, a área teria vivido sete viradas: a virada cognitiva, a virada afetiva, a virada da neodocumentação, a virada sociocognitiva, a virada da vida cotidiana, a virada socioconstrucionista e a virada corpórea.

Em nenhum dos mapeamentos apresentados, nem mesmo nos mais recentes, dos últimos dois anos, há qualquer menção à questão da verdade e/ou da pós-verdade. Naturalmente, isso se deve ao fato de que as sistematizações epistemológicas são sempre feitas *a posteriori*, isto é, após as publicações das pesquisas de uma área. Assim, não teria havido ainda tempo suficiente para essa incorporação no âmbito da epistemologia do campo.

Por outro lado, há uma série de trabalhos que vêm sendo produzidos nos últimos anos, e apresentados em congressos ou publicados em periódicos, apresentando e discutindo as questões da pós-verdade e das *fake news* na área. No Brasil, por exemplo, esses trabalhos têm se focado em temas distintos, com destaque para os impactos da sua existência para a atuação dos bibliotecários, arquivistas e demais profissionais da informação (Corrêa & Custódio, 2018; Paula et al., 2018; M. K. D. da Silva et al., 2019; S. S. da Silva & Tanus, 2019; Sousa, 2017). Como é um assunto recente, os estudos ainda estão elaborando seu diagnóstico, suas implicações e possíveis maneiras de atuação profissional de forma a combater ou mitigar seus efeitos negativos. Uma reflexão mais profunda sobre o significado desse fenômeno para a própria conceituação de informação ainda é algo a ser realizado.

Cabe apontar que, mesmo nos modelos teóricos anteriores, existem contribuições significativas para o entendimento de aspectos da pós-verdade. Desde uma perspectiva fisicista, é possível identificar aspectos sobre a lógica dos algoritmos e o “sucesso” de determinados conteúdos, desde mecanismos que privilegiam a popularidade de *sites* e fontes de informação como critério de relevância e de recuperação. Desde uma perspectiva cognitiva, pode-se estudar o impacto dos vieses cognitivos de confirmação e de dissonância (entre outros) nas percepções de lacuna de conhecimento, na definição de estratégias de busca e de uso da informação. E, desde uma perspectiva sociocultural da informação, se pode analisar a pós-verdade como uma cultura, como o desinteresse pela verdade como atributo da

informação é um fenômeno construído socialmente. As três dimensões do fenômeno da pós-verdade poderiam, assim, ser estudados pela Ciência da Informação. A área não está exatamente despreparada para esse estudo. Contudo, a problematização específica do atributo “verdade” da informação nunca foi central na área, e é essa reivindicação de centralidade que é proposta por Furner, diante dos fenômenos contemporâneos, que trazem uma realidade informacional inédita.

Considerações finais

Retomando um argumento apresentado na introdução, é sempre importante salientar que uma “virada” numa disciplina científica não significa o abandono do que vinha se fazendo até então. Isso é verdade para as outras áreas, e é igualmente para a Ciência da Informação. A virada cognitiva nos anos 1980 não decretou o fim de estudos calcados numa perspectiva fisicista, centrados no transporte e na recuperação da informação; tampouco a virada sociocultural significou a extinção de estudos centrados no tripé dado-informação-conhecimento e na centralidade da experiência cognitiva dos usuários. Portanto, uma proposta de uma virada veritística na Ciência da Informação não significaria o abandono nem das duas perspectivas anteriores, nem da perspectiva mais recente, construída nas duas últimas décadas, em torno da construção social da informação e de suas vinculações às dimensões social, política, econômica, cultural e tecnológica conformando regimes de informação.

De toda forma, cabe avaliar o quanto a ação de privilegiar a noção de “verdade” nos estudos informacionais implicaria ou demandaria uma “virada”. Algumas vezes autores distintos criticam o fato de se ter uma “virada” ou a busca de um novo “paradigma” a cada intervalo de vinte ou trinta anos na Ciência da Informação – um intervalo muito pequeno, que quase poderia ser sinônimo de modismo. A própria noção de *turn* em Hartel, apresentada acima, pode ser considerada exagerada, ao apontar viradas que seriam quase concomitantes – e, portanto, não seriam viradas, mas teorias ou correntes paralelas dentro de uma mesma área.

Em suma, o que se quer apontar como consideração final, aqui, é que, independentemente de ser uma “virada” ou não, é essencial defender a inclusão do atributo “verdade” e de suas consequentes discussões na agenda de pesquisa da área, especificamente quando se verifica um contexto como o atual, marcado pela dinâmica da pós-verdade.

Como apontado na discussão deste artigo, os últimos anos apresentaram de maneira muito efetiva uma nova realidade informacional, que tem desafiado as tecnologias, as experiências dos sujeitos e mesmo a estabilidade da democracia, da ciência e da paz. E é nesse sentido – de se ter um instrumental adequado para uma nova realidade – que se coloca a presente proposta, de conferir à noção de verdade uma centralidade para os estudos informacionais contemporâneos. Os diferentes modelos conceituais (ou paradigmas) desenvolvidos pela Ciência da Informação durante sua existência estiveram sempre diretamente vinculados às problemáticas em voga em cada época. Assim se coloca, mais uma vez, uma oportunidade para a área demonstrar sua dupla característica: o respeito à acumulação dos achados de pesquisa e teorizações, por um lado, e a versatilidade em produzir novos modelos em sintonia direta com o campo empírico, o campo dos fenômenos informacionais concretos que precisam ser compreendidos em toda a sua complexidade.

Bibliografia

- Aparici, R., & García-Marín, M. (Eds.). (2019). *La posverdad: Una cartografía de los medios, las redes y la política*. Gedisa.
- Bawden, D., & Robinson, L. (2012). *Introduction to Information Science*. Facet Publishing.
- Belkin, N. J. (1980). Anomalous States Of Knowledge As A Basis For Information Retrieval. *Canadian Journal of Information Science*, 5, 133–143. https://www.researchgate.net/publication/238671719_Anomalous_States_Of_Knowledge_As_A_Basis_For_Information_Retrieval
- Brookes, B. C. (1980). The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, 2(3–4), 125–133. <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>
- Capurro, R. (2003). Epistemologia da Ciência da Informação. V *Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação, Belo Horizonte (Brasil), 10 de Novembro de 2003*.
- Corrêa, E. C. D., & Custódio, M. G. (2018). A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14(2), 197–214. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/777>
- Cronin, B. (2008). The sociological turn in information science. *Journal of Information Science*, 34(4), 465–475. <https://doi.org/10.1177/0165551508088944>
- Davis, C. H., & Shaw, D. (2001). *Introduction to Information Science and Technology*. Information Today.
- Debons, A., Horne, E., & Cronenweth, S. (1988). *Information science : an integrated view*. G.K. Hall.

- Dervin, B., & Nilan, M. (1986). Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, 21, 3–33.
- Ellis, D. (1992). Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In P. Vakkari & B. Cronin (Eds.), *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives* (pp. 165–186). Taylor Graham.
- Frankfurt, H. G. (2019). *On Bullshit - Sobre a conversa, o embuste e a mentira*. Bookout. <https://www.fnac.pt/On-Bullshit-Sobre-a-conversa-o-embuste-e-a-mentira-Harry-G-Frankfurt/a6874493>
- Furner, J. (2002). Shera's social epistemology recast as psychological bibliography. *Social Epistemology*, 16(1), 5–22. <https://doi.org/10.1080/02691720210132761>
- Furner, J. (2010). Philosophy and information studies. *Annual Review of Information Science and Technology*, 44(1), 159–200. <https://doi.org/10.1002/aris.2010.1440440111>
- Furner, J. (2014). Information Without Information Studies. In F. Ibekwe-SanJuan & T. M. Dousa (Eds.), *Theories of Information, Communication and Knowledge: A Multidisciplinary Approach* (pp. 143–179). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-007-6973-1_7
- Furner, J. (2015). Information Science Is Neither. *Library Trends*, 63(3), 362–377. <http://10.0.5.73/lib.2015.0009>
- Furner, J. (2018). Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. In F. Ribeiro & M. E. Cerveira (Eds.), *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference 9-11 July 2018* (pp. 468–474). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Hartel, J. (2018). Social Epistemology as Theoretical Foundation for Information Science: Supporting a Cultural Turn, Copenhagen, August 16-17, 2017. *Knowledge Organization*, 45(1), 79–84. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-1-79>
- Hartel, J. (2019). Turn, turn, turn. *Information Research*, 24(4). <http://www.informationr.net/ir/24-4/colis/colis1901.html>
- Hjørland, B. (2018a). Library and Information Science (LIS), Part 1. *Knowledge Organization*, 45(3), 232–254. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-3-232>
- Hjørland, B. (2018b). Library and Information Science (LIS), Part 2. *Knowledge Organization*, 45(4), 319–338. <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-4-319>
- Hjørland, B., & Albrechtsen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 46(6), 400–425. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6<400::AID-ASIS2>3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASIS2>3.0.CO;2-Y)
- Keen, A. (2008). *O culto do amadorismo*. Guerra e Paz.
- Linares Columbié, R. (2005). *Ciencia de la información: su historia y epistemología*. Rojas Eberhard.
- Magallón Rosa, R. (2019). *Unfaking news: cómo combatir la desinformación*. Pirámide.
- McIntyre, L. (2018). *Posverdad*. Ediciones Cátedra. <https://www.catedra.com/libro/teorema-serie-mayor/posverdad-lee-mcintyre-9788437638690/>
- Murolo, L. (2019). La posverdad es mentira. Un aporte conceptual sobre fake news y periodismo. In R. Aparici & M. García-Marín (Eds.), *La posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política* (pp. 65–80). Gedisa.
- Paula, L. T. de, Silva, T. dos R. S. da, & Blanco, Y. A. (2018). Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento em Ação*, 3(1), 93–110. <https://doi.org/10.47681/rca.v3i1.16764>

- Santaella, L. (2019). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Estação das Letras e Cores.
- Saracevic, T. (1999). Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50(12), 1051–1063. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:12<1051::AID-ASIJ2>3.0.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:12<1051::AID-ASIJ2>3.0.CO;2-Z)
- Silva, M. K. D. da, Albuquerque, M. E. B. C. de, & Veloso, M. do S. F. (2019). Representação da informação noticiosa pelas agências de fact-checking: do acesso à informação ao excesso de informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 15(2), 410–426. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1225>
- Silva, S. S. da, & Tanus, G. F. de S. C. (2019). O bibliotecário e as fake news: análise da percepção dos egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Informação em Pauta*, 4(2), 58–82. <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.41558.58-82>
- Sousa, A. M. de. (2017). O papel do bibliotecário como mediador da informação na era da pós-verdade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13(0), 2390–2402. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/956>
- Wilber, K. (2018). *Trump y la posverdad*. Kairós.